MAESA
Machadinho Energética S.A.

Rua Bocaiúva, 2.468 - 6º andar - Centro - Florianópolis

CNPJ nº 03.076.274/0001-52

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2001

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à sua apreciação os Balanços Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2001 e 2000, as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e das Origens e Aplicações dos Recursos, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2001 e 2000, acompanhadas das Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes.

Situação atual das Obras Civis e dos Projetos Sócio-Ambientais e dos gastos com Empreendimento

O cronograma para execução da obra para implantação da UHE Machadinho encontra-se em estágio avançado e ritmo acelerado, com adiantamento em relação às previsões, observando todos os procedimentos necessários à sua adequada execução, sendo certo que o início de geração, originalmente previsto no Contrato de Concessão para setembro de 2003, indicando as possibilidades de antecipação da geração da 1ª turbina para janeiro de 2002, 2ª turbina para abril de 2002 e 3ª turbina para julho de 2002, conforme prevê o "Programa Super Meta". Em 28 de agosto de 2001 iniciou-se o enchimento do reservatório da UHE Machadinho tendo o vertedouro iniciado o funcionamento em 01 de outubro de 2001 e o 1º giro mecânico da unidade 1 ocorrido em 22 de dezembro de 2001.

O progresso físico geral do empreendimento atingiu 99,0% ao final do exercício, com avanço de 24 pontos percentuais em relação a dezembro de 2000, quando o patamar atingido foi de 75,0%.

No que diz respeito aos aspectos ambientais do projeto, cujos principais impactos se manifestam na área do reservatório, os trabalhos de implantação dos programas sócio-ambientais foram encerrados no decorrer do ano de 2001, liberando o reservatório para enchimento em agosto. Com o término do reassentamento da população atingida pelo reservatório e o bom avanço dos programas de mitigação dos impactos ambientais, atingiu-se 98% do total previsto para o empreendimento.

Em 28 de agosto de 2001 o IBAMA emitiu a Licença de Operação nº 160/2001 para a UHE Machadinho.

Estrutura Financeira do Empreendimento

A MAESA está constituída com o propósito de abrigar o financiamento para a construção da UHE Machadinho, dentro de uma estrutura de "Project Finance" com garantias corporativas, envolvendo um contrato de arrendamento mercantil com seus acionistas. Os custos do Projeto são financiados mediante aporte de recursos dos Acionistas e empréstimos do BNDES e recursos provenientes da Emissão de Debêntures.

Agradecimentos
Agradecemos aos senhores acionistas, fornecedores de bens e serviços, bem como o apoio das autoridades públicas locais, estaduais e federais, diretores pela confiança e aos colaboradores pela sua dedicação e empenho, determinantes para alcance dos resultados no exercício.

Florianópolis, 26 de fevereiro de 2002.
A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DEZEMBRO (em milhares de reais)

ATIVO	2001	2000
CIRCULANTE	**55.546**	**93.015**
Disponível	713	5.969
Aplicações financeiras	52.097	84.653
Impostos a recuperar e outros	2.736	2.393
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**8.204**	**4.722**
Depósitos judiciais	8.204	4.722
PERMANENTE	**1.062.599**	**695.600**
Imobilizado	836.104	635.440
Diferido	226.495	60.160
TOTAL ATIVO	**1.126.349**	**793.337**

PASSIVO	2001	2000
CIRCULANTE	**91.788**	**450.529**
Financiamentos	-	241.961
Debêntures – principal	15.232	-
Debêntures – juros	61.276	-
Fornecedores	14.555	25.367
Empréstimos de mútuo com acionistas	-	178.779
Seguros a pagar	-	1.678
Demais contas a pagar	725	2.744
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	**694.753**	**3.000**
Empréstimos e financiamentos	378.781	-
Debêntures	304.768	-
Provisão para contingências	11.204	3.000
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**339.808**	**339.808**
Capital social subscrito integralizado	339.808	339.808
TOTAL PASSIVO	**1.126.349**	**793.337**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 1999	**200.000**	**200.000**
Subscrição e integralização de capital, através da utilização de adiantamentos para futuro aumento de capital e créditos com mútuos das acionistas em 13 de julho de 2000	139.808	139.808
Saldo em 31 de dezembro de 2000	**339.808**	**339.808**
Saldo em 31 de dezembro de 2001	**339.808**	**339.808**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares de reais)

	2001	2000
ORIGENS DOS RECURSOS		
Dos Acionistas		
Subscrição e integralização de capital	-	72.524
Adiantamento para futuro aumento de capital	**-**	**72.524**
De terceiros		
Aumento no exigível a longo prazo	691.753	1.214
TOTAL DAS ORIGENS DE RECURSOS	**691.753**	**73.738**
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Na aquisição do imobilizado e diferido	366.999	339.955
No realizável a longo prazo	3.482	2.164
TOTAL DAS APLICAÇÕES DE RECURSOS	**370.481**	**342.119**
DIMINUIÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE	**321.272**	**(268.381)**
VARIAÇÕES NO CAPITAL CIRCULANTE		
Ativo circulante		
No fim do exercício	55.546	93.015
No início do exercício	93.015	374
	(37.469)	**92.641**
Passivo circulante		
No fim do exercício	91.788	450.529
No início do exercício	450.529	89.507
	(358.741)	**361.022**
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAPITAL CIRCULANTE	**321.272**	**(268.381)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 (em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

(a) A Companhia
Machadinho Energética S.A. (a "Companhia"), com sede em Florianópolis, no estado de Santa Catarina, foi constituída em 4 de março de 1999 como sucessora do Grupo de Empresas Associadas Machadinho ("Consórcio GEAM"), consórcio vencedor da licitação da Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. – GERASUL ("GERASUL"), sucessora da Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. – ELETROSUL, realizada no ano de 1996, para a construção da Usina Hidrelétrica de Machadinho ("UHE Machadinho" ou "Empreendimento") situada no Rio Pelotas, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Em 28 de dezembro de 1999, o acervo líquido contábil do Consórcio GEAM foi incorporado ao patrimônio líquido da Companhia com o propósito de abrigar o financiamento para a construção da UHE Machadinho, sob a forma de "project finance" com garantias corporativas, atualmente em processo de discussão.

A Companhia tem como objeto: (a) construir e manter a propriedade parcial da UHE Machadinho, podendo inclusive arrendá-la ou, de outra forma, dispor dos ativos do Empreendimento para fins de exploração desta pelas acionistas (com esse intuito, a Companhia poderá contratar o fornecimento de bens e serviços necessários para a construção do Empreendimento e obter os recursos e financiamentos necessários para a execução das obras da UHE Machadinho, inclusive com o fornecimento de garantias), (b) prestar serviços de assistência técnica no campo de suas atividades e (c) participar em outras sociedades como sócia ou acionista, desde que essas sociedades estejam de alguma forma ligadas à construção e/ou exploração da UHE Machadinho ou para fins fiscais, conforme estabelecido na legislação aplicável, ou, ainda, como investimento temporário na administração de recursos financeiros da própria Companhia.

(b) Consórcio Machadinho
Em decorrência do processo licitatório da GERASUL, em 15 de janeiro de 1997 foi constituído o Consórcio Machadinho, composto pelas 11 acionistas (atualmente 8 acionistas) da Companhia representadas por concessionárias brasileiras de energia elétrica, usuários finais do setor industrial e um produtor independente de energia (com participação acionária total de 83,1% no Consórcio Machadinho) e pela GERASUL (com participação acionária de 16,9% no Consórcio Machadinho), tendo por objeto a implantação e a exploração do potencial energético da UHE Machadinho.

A GERASUL não terá qualquer participação na Companhia, nem relacionamento contratual com esta, detendo diretamente a sua parcela de participação no Consórcio Machadinho.

A responsabilidade da GERASUL no Consórcio Machadinho esteve vinculada à condução do estudo preliminar e da elaboração do projeto básico, não estando envolvida nos investimentos realizados no Empreendimento. De acordo com as disposições do contrato de constituição do Consórcio Machadinho, a GERASUL operará a UHE Machadinho. Apesar de a GERASUL ter assumido também a obrigação de liderar o gerenciamento das questões ambientais e sociais relativas ao Empreendimento, essa atividade passou a ser administrada pelo Consórcio GEAM em fevereiro de 1999 e, a partir de 4 de março de 1999, pela Companhia, conforme o termo aditivo nº 2 do Contrato de Constituição do Consórcio Machadinho.

(c) Contrato de concessão
O contrato de concessão na forma compartilhada para geração de energia ("contrato de concessão"), firmado entre a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e o Consórcio Machadinho, foi assinado em 15 de julho de 1997 e vigorará pelo prazo de 35 anos contados a partir dessa data, podendo ser prorrogado pelo mesmo período desde que os concessionários assim o requeiram pelo menos 36 meses antes do final desse prazo.

Tendo em vista que as acionistas da Companhia, e não a Companhia, detêm os direitos de utilizar a energia gerada, caberá à Companhia arrendar sua parcela do Empreendimento às acionistas.

(d) UHE Machadinho
O início de operação comercial da primeira máquina da UHE Machadinho ocorreu em 16 de fevereiro de 2002, e para as duas outras máquinas está previsto para abril e julho de 2002 (originalmente, no Contrato de Concessão o início de operação comercial da primeira máquina estava previsto para setembro de 2003). As etapas planejadas no Empreendimento, nos anos 2001, 2000 e 1999, foram cumpridas dentro do prazo. O Empreendimento possui as licenças e autorizações necessárias à sua implantação, seguindo as exigências requeridas pelos órgãos regulamentadores.

Em 28 de agosto de 2001, foi concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, a Licença de Operação nº 160/2001 (válida por quatro anos), permitindo o enchimento do reservatório.

Os recursos totais da Companhia para o empreendimento, com uma potência instalada esperada de 1.140 MW com três unidades geradoras, são estimados em R$ 1.203.000 (31 de dezembro de 2000 – R$ 1.010.000), os quais, de acordo com o cronograma, foram, até 31 de dezembro de 2001, oriundos das acionistas, de empréstimo junto ao BNDES e da emissão pública de debêntures.

(e) Acordo de acionistas
Conforme acordo de acionistas datado de 4 de março de 1999 ("Acordo de Acionistas"), determinou-se que, após ter sido integralmente cumprido o objeto social da Companhia, com a liquidação de todas as obrigações e financiamentos contraídos para a construção da UHE Machadinho, a Companhia poderá ser extinta.

Adicionalmente, ficou estabelecido no estatuto social e no Acordo de Acionistas da Companhia que, na eventualidade de falência ou insolvência de qualquer acionista, esta obriga-se a vender sua participação no capital da Companhia, sendo que as demais acionistas continuarão a administrar a Companhia segundo os termos do Acordo de Acionistas. O Estatuto Social e o Acordo de Acionistas da Companhia estabelecem, ainda, os procedimentos a serem adotados no caso da desistência de acionistas e transferência de ações.

(f) Estrutura de financiamento
De acordo com o contrato de concessão, os participantes do Consórcio Machadinho assumiram certas responsabilidades específicas. A Companhia financiará a implantação do Empreendimento, recebendo o fornecimento garantido de 3.434 GWh por ano, enquanto a GERASUL será responsável pela operação e manutenção da UHE Machadinho, recebendo toda a energia gerada pelo Empreendimento que exceder o supracitado.

O financiamento proposto para a UHE Machadinho está baseado em uma estrutura de "project finance" com garantias corporativas, cujas características incluem os seguintes itens, sem, no entanto, se limitar a eles:
- Recursos das acionistas da Companhia.
- Financiamento no mercado local por meio de um empréstimo no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.
- Emissão pública de debêntures.

(g) Direitos de consumo de energia
A distribuição da energia assegurada (item (f)), será compartilhada entre as acionistas da Companhia de acordo com a participação acionária de cada uma.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com os princípios contábeis previstos na legislação societária brasileira, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

(b) Apuração do resultado
A Companhia não apresenta a demonstração do resultado do exercício por se encontrar em fase pré-operacional.

(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo
São apresentados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

(d) Permanente
É demonstrado ao custo de aquisição. Por se encontrar em fase pré-operacional, os encargos das operações financeiras passivas (financiamentos e debêntures) são apropriados ao imobilizado e ao diferido, e os demais gastos, ao diferido.

A expectativa da administração com relação às taxas de depreciação e amortização que serão aplicadas quando a Companhia entrar em operação está descrita nas Notas 5 e 6, respectivamente. Nesse sentido, a administração da Companhia está finalizando seus estudos técnicos quanto às taxas definitivas a serem utilizadas, as quais poderão ser diferentes da estimativa inicial.

(e) Passivos circulante e exigível a longo prazo
São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, das correspondentes variações monetárias e cambiais, bem como dos encargos incorridos.

3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS
As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2001, no montante de R$ 52.097 (R$ 84.653 em 31 de dezembro de 2000), referem-se a Certificados de Depósitos Bancários, com as taxas médias praticadas pelo mercado.

4. DEPÓSITOS JUDICIAIS
As terras envolvidas na área de construção da UHE Machadinho e na formação do reservatório são avaliadas e adquiridas a preço de mercado e, no caso de haver pendências, os respectivos valores são depositados em juízo para futura solução.

5. IMOBILIZADO

	2001	2000	Taxa anual estimada de depreciação - %
Obras em andamento			
Terrenos	13.107	-	-
Obras civis	414.571	317.529	4
Equipamentos em fabricação	268.730	185.495	10
Custos sócio-ambientais	-	93.678	4
Encargos financeiros líquidos	108.179	38.738	4 - 10
Despesas com o desenvolvimento do projeto executivo	23.786	-	4 - 10
Despesas com seguros	7.731	-	4 - 10
	836.104	**635.440**	

Do total de compromissos já firmados com fornecedores de bens e serviços no contrato de construção ("turn-key"), já foram realizados o montante de R$ 604.320 (31 de dezembro de 2000 - R$ 452.943), sendo que os bens e serviços a serem entregues a partir de 31 de dezembro de 2001 representam R$ 21.600 (31 de dezembro de 2000 - R$ 142.117).

Em conexão com o modelo de financiamento dos investimentos na UHE Machadinho, foram celebrados, em 1º de fevereiro de 2002, contratos de arrendamento entre a Companhia e suas acionistas, em que estas se comprometem a pagar a Companhia, proporcionalmente à participação no seu capital, o montante necessário e suficiente para cobrir toda e qualquer despesa operacional da Companhia, como também despesas de juros e amortização de principal de operações de financiamento que venha a realizar.

(a) Terrenos
Terrenos adquiridos para o canteiro de obras e o reservatório.

(b) Obras civis
Correspondem aos gastos com o desvio do rio, barragens e diques, construção das estruturas, cimento, aço para armaduras e aos custos relativos à consolidação do projeto básico.

(c) Equipamentos em fabricação
Valor pago até 31 de dezembro de 2001 relativo a turbinas, equipamentos das comportas, pórticos, pontes rolantes, montagem de equipamentos de apoio e subestação isolada a gás SF6.

(d) Encargos financeiros
Registrados no imobilizado, para fins de incorporação futura ao custo dos bens em construção, relativos aos juros e demais encargos financeiros líquidos, decorrentes de contratos de financiamentos e debêntures.

(e) Despesas com desenvolvimento do projeto executivo
Despesas com o desenvolvimento do projeto executivo referem-se a pagamentos feitos ao CNEC – Engenharia S.A., responsável pelo desenvolvimento dos desenhos e documentos construtivos da obra e membro do Consórcio da União de Empresas Fornecedoras Machadinho – UNEMAC.

(f) Despesas com seguros
Despesas com seguros referem-se a seguros contratados, objetivando resguardar, com base em análises efetuadas por consultores especializados, os investimentos em relação aos riscos de construção e montagem, responsabilidade civil e perdas por sinistros. As respectivas parcelas já estão apropriadas às despesas pré-operacionais.

Informações sobre as apólices de seguros:

Número da apólice	Vigência da cobertura	Valor da cobertura (em milhares)
6.130.319	Março de 1998 a maio de 2004	R$ 24.951
1-67-4.000.693-0	Abril de 2000 a junho de 2003	US$ 384,082
1-22-4.000.317-0	Março de 1999 a abril de 2003	US$ 199,832

A apólice nº 6.130.319 tem como finalidade a garantia de cumprimento das cláusulas acordadas entre a Companhia e os fornecedores de equipamentos.

A apólice nº 1-67-4.000.693-0 tem como finalidade a cobertura de eventuais danos provocados por defeitos de engenharia, responsabilidade civil e riscos inerentes durante a construção da UHE Machadinho.

A apólice nº 1-22-4.001.317-0 tem como finalidade a cobertura de lucros cessantes provocados por sinistros no transporte de equipamentos.

As despesas com desenvolvimento do projeto executivo e com seguros (gastos diretamente vinculados à obra) foram reclassificadas para o imobilizado como o objetivo de adequação, deste grupo, ao plano de contas da ANEEL.

6. DIFERIDO

	2001	2000
Despesas administrativas	30.426	20.719
Despesas com consultoria	13.692	9.580
Despesas com o desenvolvimento do projeto executivo	-	21.601
Despesas com seguros	863	8.260
Custos sócio-ambientais	151.469	-
Encargos financeiros líquidos	30.045	-
	226.495	**60.160**

Os gastos despendidos na fase de implantação do Empreendimento deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras, nos termos das estimativas e projeções do Empreendimento. A amortização do diferido, com base na expectativa da administração, será efetuada entre o período de cinco a dez anos.

Custos sócio-ambientais referem-se a custos com reassentamento das famílias atingidas, custo de aquisição de terras e custo de mitigação dos impactos ambientais em 2001. Os custos sócio-ambientais, por não estarem diretamente vinculados à construção da UHE Machadinho, foram reclassificados do imobilizado para o diferido, para uma melhor apresentação das demonstrações financeiras.

Os encargos financeiros líquidos referem-se a juros e demais encargos financeiros referentes a custos sócio-ambientais e outras despesas diferidas, e também foram reclassificados para uma melhor apresentação das demonstrações financeiras.

7. FINANCIAMENTOS

	Taxa média de encargos financeiros	Valores 31 de dezembro de 2001	Valores 31 de dezembro de 2000
Moeda nacional			
Financiamento BNDES			
Contrato Ponte nº 018/2000 - IC	TJLP + 6,25% a.a.	-	171.786
Contrato Ponte nº 065/2000 - IC	TJLP + 6,25% a.a.	-	35.135
Contrato Ponte nº 065/2000 - IC	Cestas de moedas (BNDES) + 6,25% a.a.	-	35.040
Contrato Definitivo nº 01.2.333.3.1 subcrédito B	TJLP + 3,50% a.a.	309.639	-
Contrato Definitivo nº 01.2.333.3.1 subcrédito A	Cesta de moedas (BNDES) + 3,5% a.a.	17.371	-
Contrato Definitivo nº 01.2.333.3.1 subcrédito C	IGPM+12% a.a.	51.771	-
Total Curto Prazo		**-**	**241.961**
Total Longo Prazo		**378.781**	**-**

Em 15 de agosto de 2001 foram liquidados os empréstimos ponte nº 018/2000, nº 065/2000 e nº 065/2000 no montante de R$ 253.469 (principal e juros), entrando nesta mesma data o Contrato de Financiamento Definitivo (nº 01.2.333.3.1) com o BNDES, sendo nessa mesma data, liberada a primeira parcela do Contrato Definitivo nº 01.2.333.3.1, subcrédito B no valor de R$ 295.000.

Em 16 de novembro de 2001, foram liberados R$ 51.000 e R$ 18.914 referentes aos empréstimos "Contrato Definitivo nº 01.2.333.3.1, subcréditos C e A", respectivamente.

O financiamento está garantido pelos intervenientes fiadores (nas seguintes proporções em relação à dívida), que são: Hejoassu Administração Ltda. (47,9175%), Alcoa Alumínio S.A. (32,4635%), Valesul Alumínio S.A. (11, 9903%), Camargo Corrêa S.A. (7,6287%). O montante recebido pela Companhia até 31 de dezembro de 2001 é de R$ 364.914. A diferença entre o valor do principal e do contabilizado refere-se a encargos financeiros, reconhecidos "pro rata" até 31 de dezembro de 2001.

O contrato de financiamento com o BNDES, no montante a ser concedido de R$ 402.000, divide-se em três subcréditos, cujas principais características são:

.Subcrédito A: no valor de R$ 40.000, sobre o qual incidirão juros de 3,5% ao ano, acima da taxa variável reajustada trimestralmente no dia 16 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira. A amortização será efetuada em 144 prestações mensais e sucessivas (principal e juros), vencendo-se a primeira em 15 de fevereiro de 2003 e a última em 15 de janeiro de 2015.

.Subcrédito B: no valor de R$ 311.000, sobre o qual incidirão juros de 3,5% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. A amortização será efetuada em 144 prestações mensais e sucessivas (principal e juros), vencendo-se a primeira em 15 de fevereiro de 2003 e a última em 15 de janeiro de 2015.

.Subcrédito C: no valor de R$ 51.000, atualizado anualmente pelo Índice Geral de Preços para o Mercado – IGP-M, sobre o qual incidirão juros de 12% ao ano. A amortização será efetuada em 144 prestações mensais e sucessivas (principal e juros), vencendo-se a primeira em 1º de fevereiro de 2003 e a última em 1º de janeiro de 2015.

8. FORNECEDORES

	2001	2000
Obras civis	8.161	10.698
Equipamentos	4.241	13.150
Desenvolvimento do projeto executivo	18	351
Custos sócio-ambientais	1.180	828
Administração dos proprietários e outros	955	340
	14.555	**25.367**

9. EMPRÉSTIMOS DE MÚTUO COM ACIONISTAS

	2000
Alcoa Alumínio S.A.	60.213
Companhia Brasileira de Alumínio – CBA	27.590
S.A. Indústrias Votorantim	24.049
Cimento Rio Branco S.A.	24.049
Valesul Alumínio S.A.	21.236
Camargo Corrêa Cimentos S.A.	14.149
Departamento Municipal de Eletricidade – DME	7.493
	178.779

Os empréstimos de mútuo com acionistas são corrigidos a 105% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

Esses empréstimos foram obtidos de acionistas, conforme previsto pelo Acordo de Acionistas de 4 de março de 1999, e firmados em contrato de mútuo datado de 20 de agosto de 1999, objetivando cobrir as despesas e os custos necessários à construção e à implantação da UHE Machadinho, previstos no cronograma financeiro até 31 de dezembro de 1999. As liberações, efetuadas até 31 de dezembro de 1999, tiveram o seu prazo de vencimento vinculado à obtenção de financiamentos de longo prazo em instituições financeiras e terceiros (através do programa de financiamento do BNDES e pelo lançamento de debêntures, não conversíveis em ações) e estiveram sujeitas à variação da taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC.

Em contratos de mútuo datados de 3 de janeiro e 1º de fevereiro de 2000, a Companhia obteve recursos adicionais por meio de empréstimos de suas acionistas, no montante de R$ 45.900, para cobrir as despesas e custos necessários à construção e à implantação da UHE Machadinho, conforme cronograma financeiro até fevereiro de 2000.

Em 28 de abril de 2000, a Companhia firmou com as suas acionistas um instrumento de consolidação de contratos de mútuos e avenças, de tal forma que foram obtidos recursos por meio de empréstimos de mútuo no montante de R$ 116.800 para cobrir as despesas e os custos necessários à construção e à implantação da UHE Machadinho, conforme cronograma financeiro de março até julho de 2000 (após essa data foram obtidos recursos no BNDES – Nota 7).

As liberações efetuadas até 31 de dezembro de 2000, tiveram o seu prazo de vencimento vinculado à obtenção de financiamentos de longo prazo junto às instituições financeiras e terceiros (através do programa de financiamento do BNDES e pelo lançamento de debêntures, não conversíveis em ações) e estiveram sujeitas a encargos de 105% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

Com parte dos recursos oriundos das debêntures foi liquidado, em 2 e 3 de abril de 2001, o saldo de mútuo com acionistas, no valor de R$ 162.419 e R$ 21.886, respectivamente.

10. DEBÊNTURES

Em 29 de março de 2001, a Companhia obteve a autorização junto a Comissão de Valores Mobiliários – CVM para a emissão pública de debêntures, integralmente em circulação no valor total de R$ 320.000 (correspondente a 32.000 debêntures com o valor de R$ 10 cada) em série única, tendo como data de emissão 1º de dezembro de 2000, com liquidação financeira em 2 de abril de 2001, no valor de R$ 335.815.

As debêntures contemplam o direito aos debenturistas de vender, todas ou partes da debêntures, de forma irrevogável e irretratável, para o BNDES, em fevereiro de 2005. Os direitos de venda aqui referidos são assegurados pelo BNDES por meio de uma opção de venda no corpo da escritura de emissão. Os debenturistas deverão comunicar o seu interesse em exercer as opções de venda contra o BNDES com antecedência, a qual está fixada na escritura particular de emissão de debêntures. Adicionalmente as debêntures possuem como garantia, fiança dos acionistas, nas seguintes proporções sobre a totalidade do débito, conforme ata da AGE realizada em 13 de agosto de 2001:

	Porcentagem
Hejoassu Administração Ltda.	47,9175
Alcoa Alumínio S.A.	32,4635
Valesul Alumínio S.A.	11,9903
Camargo Corrêa S.A.	7,6287

O prazo de vencimento das debêntures é de 12 anos, contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de dezembro de 2012.

A remuneração das debêntures é de 100% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescida de juros de 0,43% ao ano. O valor nominal será pago em 21 (vinte e uma) parcelas semestrais e sucessivas, a partir do 2º ano contado da data de emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de dezembro de 2002 e o último em 1º de dezembro de 2012, por ocasião do vencimento das debêntures.

Os juros serão pagos em 44 (quarenta e quatro) parcelas trimestrais e sucessivas, a partir do 15º mês contado da data de emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de março de 2002 e o último em 1º de dezembro de 2012. Os juros são calculados diariamente, desde a data de emissão até a data de vencimento/pagamento da primeira parcela de remuneração, tomando-se por base a taxa DI divulgada no dia acrescida da sobretaxa, e, a partir daí, acumulada diariamente no período compreendido entre as duas datas consecutivas de vencimento da remuneração.

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Adicionalmente às transações descritas na Nota 9, em 31 de dezembro de 2001 e de 2000, a Companhia mantém transações com partes relacionadas, principalmente aquelas relativas ao fornecimento de bens e serviços necessários à construção do Empreendimento.

Resumo das transações com partes relacionadas:

Descrição	Saldo em 31 de dezembro de 2001	Saldo em 31 de dezembro de 2000
Ativo		
Imobilizado		
Obras civis	395.648	300.782
Equipamentos em fabricação	34.089	16.924
Projeto executivo	23.786	21.601
Diferido		
Despesas administrativas	2.750	590
Despesas com consultoria financeira	5.284	2.111
Custos sócio-ambientais	4.569	-
Passivo		
Fornecedores	400	12.170
Demais contas a pagar	-	464

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social autorizado
Em 31 de dezembro de 2001, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 339.808.295 ações, todas ordinárias nominativas e sem valor nominal.

(b) Capital social subscrito e integralizado
O capital social subscrito e integralizado até 31 de dezembro de 2001, no montante de R$ 339.808 (31 de dezembro de 2000 – R$ 339.808), é composto por 339.808.295 (31 de dezembro de 2000 – 339.808.295) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 1,00 para cada uma.

(c) Subscrição e integralização de capital
O capital social subscrito da Companhia, em 4 de março de 1999, era de R$ 1.000.

Em Assembléia Geral Extraordinária – AGE realizada em 15 de dezembro de 1999, os acionistas deliberaram aumentar o capital social dentro do limite autorizado no Estatuto Social da Companhia no montante de R$ 199.000, mediante a emissão de 199.000.000 ações ordinárias nominativas, ao preço de emissão de R$ 1,00 para cada uma, por meio da integralização de bens ou dinheiro.

Em AGE realizada em 28 de dezembro de 1999, foram aprovados: (a) o laudo de avaliação do acervo líquido contábil do Consórcio GEAM, no montante de R$ 247.284, na data-base de 10 de dezembro de 1999, (b) a incorporação, ao capital social da Companhia, de uma parte desse acervo, no valor de R$ 199.000 e (c) a manutenção, como crédito das acionistas, na forma de adiantamentos para futuro aumento de capital, no montante de R$ 67.284, correspondente à parcela do acervo líquido contábil remanescente da liquidação do Consórcio GEAM, no valor de R$ 48.284, mais o montante de R$ 19.000 aportado a título de adiantamentos para futuro aumento de capital pelas acionistas, em dinheiro, no exercício de 1999.

Em AGE realizada em 13 de julho de 2000, os acionistas da Companhia deliberaram aumentar o capital social no montante de R$ 139.808, mediante a incorporação do saldo de adiantamentos para futuro aumento de capital em 31 de dezembro de 1999, no montante de R$ 67.284, e de empréstimos decorrentes de mútuos feitos pelas acionistas da Companhia até 31 de dezembro de 1999, acrescidos dos encargos financeiros até 30 de junho de 2000 e deduzido o Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, no montante de R$ 72.524, com a emissão de 139.808.295 ações ordinárias nominativas, ao preço de emissão de R$ 1,00 para cada uma.

(d) Registro de companhia aberta
Em AGE realizada no dia 21 de setembro de 2000 e re-ratificada pela AGE de 23 de novembro de 2000, foram aprovadas pelos acionistas da Companhia: (a) a abertura de seu capital, ficando a Diretoria autorizada a tomar todas as providências visando ao registro da Companhia como uma companhia aberta e (b) a emissão pública de debêntures não conversíveis, no mercado brasileiro de capitais, no montante de R$ 320.000 (correspondente a 32.000 debêntures com o valor de R$ 10 cada) em série única.

(e) Alterações no quadro societário
Conforme resolução nº 133 de 12 de abril de 2001 e nº 512 de 26 de novembro de 2001 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, foram autorizadas alterações nas participações de empresas integrantes da concessão compartilhada do Consórcio Machadinho.

O quadro societário da Companhia em 31 de dezembro de 2001, decorrente desta mudança, está assim constituído:

Acionistas	Quantidade de ações	Percentual do capital
Companhia Brasileira de Alumínio – CBA	98.910.718	29,1079
Alcoa Alumínio S.A.	92.513.826	27,2252
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC	49.738.419	14,6373
Valesul Alumínio S.A.	29.801.866	8,7702
Cimento Rio Branco S.A.	20.188.010	5,9410
Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE	19.874.027	5,8485
Camargo Corrêa Cimentos S.A.	18.960.962	5,5799
Departamento Municipal de Eletricidade – DME	9.820.459	2,8900
Demais	8	-
	339.808.295	100,0000

(f) Distribuição de resultados
Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de dividendo anual obrigatório não inferior a 1% do lucro líquido do exercício, diminuído e/ou acrescido dos seguintes valores:
- 5% destinados à constituição de reserva legal, dedução que deixará de ser obrigatória quando tal reserva alcançar 20%.
- Importância destinada à formação de reservas aprovadas pelos acionistas.
- Lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva e lucros anteriormente registrados nessa reserva, que tenham sido realizados no exercício.

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS
A Companhia possui em andamento processos judiciais na área civil, envolvendo pedido de carta de crédito pelos habitantes das regiões que fazem parte da UHE Machadinho. A administração, em conjunto com seus assessores jurídicos, entende que o montante estimado de perda é de R$ 11.204 (em 31 de dezembro de 2000 – R$ 3.000), o qual encontra-se integralmente provisionado.

As declarações de renda estão sujeitas à revisão e à aceitação final pelas autoridades fiscais por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciários, referentes a períodos variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais.

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS
O valor contábil dos instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais equivale ao seu valor de mercado.

Adicionalmente, a empresa não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2001.

15. EVENTOS SUBSEQÜENTES

(a) Liberações adicionais do contrato do BNDES
Em 18 de janeiro de 2002, foi liberada mais uma parcela do empréstimo principal (Contrato Definitivo nº 01.2.333.3.1 – subcrédito A) no montante total de R$ 35.618, atualizado pela cesta de moedas do BNDES e acrescido de juros de 3,5% a.a.

(b) Novo financiamento BNDES
Em 26 de fevereiro de 2002, foi fechado um novo contrato de financiamento de crédito suplementar ao contrato de financiamento já existente (Contrato Definitivo nº 01.2.333.3.1) no valor de R$ 76.200, captados com recursos do BNDES em moeda estrangeira, repassados na forma da Resolução nº 635/87.

Sobre o principal incidirão juros a taxa de 5% a.a. acima da taxa variável reajustada (cesta de moedas do BNDES).

**(c) Acordo com o MA